

SESSÕES DO PLENÁRIO

131ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 20 de dezembro de 2012.

PRESIDENTE: DEP. ÁLVARO GOMES “3º SECRETÁRIO”

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luizinho Sobral, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (50)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- A Secretaria da Mesa informa a presença de 47 Srs. Deputados.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Ontem, tivemos aqui um grande debate. A sessão foi encerrada por volta da meia-noite e os parlamentares permaneceram aqui, debatendo, discutindo vários projetos. Dentre os projetos discutidos e debatidos ontem, foi aprovada a urgência para o projeto que autoriza o governo do Estado a tomar um empréstimo no valor de R\$ 1 bilhão e 125 milhões, que tem por objetivo promover o desenvolvimento do Estado, obras de infraestrutura, mobilidade urbana e aplicação em diversas áreas.

Também discutimos, debatemos, mas não foi possível aprová-lo, o Orçamento do Estado, que ficará para a próxima semana, na quarta-feira. O Orçamento do próximo ano prevê investimentos importantes nas diversas áreas, como saúde, educação e segurança pública. Portanto, é um projeto de grande importância que

deverá ser aprovado na próxima quarta-feira. Se não houver acordo, o 1º turno será aprovado na próxima semana.

Vários projetos de parlamentares e do Executivo estão tramitando aqui. Existem dezenas de projetos que já foram aprovados na comissão de Constituição e Justiça, e outros já aprovados em comissão temática. Naturalmente, está-se buscando um acordo entre as Lideranças do governo e da Oposição, que estão discutindo a aprovação de alguns projetos de parlamentares. Nesta Assembleia Legislativa, nesta legislatura, dezenas de projetos já foram aprovados nas comissões, mas ainda não foram votados aqui, no Plenário.

Há esforço muito grande, mas que ainda não se concretizou, ainda não teve resultado prático, objetivo, para se votar projetos de parlamentares.

Defendo que a votação de projetos de parlamentares obedeça a uma tramitação normal. Não quero, com isso, dizer que o acordo, que a busca de uma solução de consenso não seja correta. É evidente que é muito importante se buscar acordos para votarmos projetos, aprovarmos por consenso ou unanimidade. Isso tudo é importante. Mas o fundamental é que haja uma tramitação normal de projetos de parlamentares, assim como de projetos do Executivo, na medida do possível.

Quando o projeto chega à Casa é distribuído para as comissões. Depois de votado nas comissões vem ao Plenário. É importante passar por esse processo, porque cada comissão tem sua contribuição a dar. É importante o projeto passar por esse processo de tramitação porque o aproxima da sociedade.

Determinado projeto é discutido na Comissão de Constituição e Justiça, que analisará exclusivamente sua constitucionalidade, nada além disso. Aprovada a constitucionalidade, irá para a Comissão temática. Aí, sim, haverá a discussão sobre se o projeto é justo ou não, se irá beneficiar a sociedade, se irá melhorar a vida das pessoas. Portanto, entra-se na discussão do mérito.

Apresentamos um projeto que proíbe a cobrança de estacionamento em *shoppings centers*, casas comerciais, hospitais, clínicas e supermercados. Esse projeto já está tramitando há algum tempo nesta Casa. Passou pela Comissão de Constituição e Justiça, quando foi aprovado por unanimidade. Portanto, a conclusão é de que ele é constitucional, em que pese a polêmica que existe. Evidentemente que outros segmentos irão questionar, mas na Comissão de Constituição e Justiça o projeto foi considerado constitucional.

Após a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça, o projeto foi para a Comissão de Defesa do Consumidor. Lá, também foi aprovado por unanimidade. Portanto, foi considerado constitucional, e foi discutida sua justeza, ou seja, o mérito do projeto, e foi considerada a alta relevância e importância do projeto.

Portanto, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, faltam apenas duas comissões para que venha a Plenário. Na Comissão de Infraestrutura, o relator, que é o nobre deputado Euclides Fernandes, fez uma análise preliminar e também tem um posicionamento favorável ao projeto. Depois da Comissão de Infraestrutura, ele irá para a Comissão de Finanças e Orçamento. Então, são estas as comissões em que está sendo analisado. E o projeto, sem dúvida alguma, vai trazer grandes benefícios,

principalmente para os consumidores.

Por isso, acho que devemos, neste final de ano, fazer o esforço para que venhamos a aprovar projetos de parlamentares, principalmente os que já passaram pelas comissões e pela Comissão de Constituição e Justiça, porque, geralmente, os projetos apresentados aqui são importantes para a população, para a sociedade. É importante, portanto, que haja o consenso, o acordo e ainda este ano possamos beneficiar a população do Estado da Bahia.

Eu queria dizer também que recentemente fizemos uma reunião da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa e o Empreendedor Individual. Nessa reunião, foi aprovado o Regimento Interno da Frente Parlamentar, que estabelece o seu funcionamento. Já convocamos uma reunião para o final de fevereiro, logo após o Carnaval, assim que retornarmos do recesso parlamentar. O Carnaval do próximo ano será no início de fevereiro, na primeira quinzena. Então, na segunda quinzena de fevereiro faremos uma reunião da Frente Parlamentar para estabelecer um plano de ação e as metas para o ano de 2013.

Na realidade, já estamos participando de algumas atividades. Fizemos uma reunião com o superintendente do Banco do Nordeste do Brasil na Bahia, Sr. Bagdêve, e discutimos como o banco poderia contribuir com a Frente Parlamentar, que tem uma importância muito grande, porque 80% dos empregos formais no Brasil e no Estado da Bahia são gerados pelas micro e pequenas empresas. Portanto, é uma Frente Parlamentar que tem uma importância muito grande.

Entendemos que é necessário estabelecer condições para essas microempresas, porque elas geram quase a totalidade dos empregos formais que existem. Mas é preciso que tenham as condições objetivas para poderem gerar emprego decente, porque não queremos emprego precário, nem emprego escravo, queremos emprego decente, digno. Inclusive, é importante ressaltar o papel do governo do Estado e da Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda na busca de se implementar uma agenda para se criar postos de trabalho decentes, combatendo os trabalhos escravo, infantil, precário, e implementando políticas de trabalho decente. A microempresa precisa gerar emprego, porém decente.

Mesmo considerando a pequena empresa familiar, em que os próprios familiares trabalham para sua sobrevivência, seja qual for a situação, aqueles que trabalham precisam ter descanso, bom salário, trabalhar com dignidade e ter boas condições de trabalho. Portanto, essa luta pela microempresa, pelo fortalecimento desse segmento é muito grande.

Aqui, aprovamos alguns projetos importantes relativos à microempresa. A exemplo do que estabelece que nas licitações até R\$ 80 mil só podem participar as microempresas. Aqui, na Assembleia Legislativa, o debatemos, discutimos – tive a responsabilidade de ser o relator – e o alteramos para colocar a obrigatoriedade de que as licitações até R\$ 80 mil sejam destinadas exclusivamente às microempresas, porque o projeto original não dava exclusividade, isso era facultativo. Com a transformação, a emenda e a aprovação do projeto, ficou exclusivo. Isso foi um grande benefício para as microempresas.

E as leis da microempresa que estão sendo aprovadas nos municípios também são importantes. Mas uma tarefa da Frente Parlamentar, nobre deputado Roberto Carlos, que também atua nessa área da microempresa, é buscar criar essas leis nos municípios onde não existem, e onde já existem, a maioria dos municípios, implementá-las.

Depois de fazer, na abertura, essas considerações iniciais, gostaria de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito para falar no Pequeno Expediente, deputado Roberto Carlos.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Pequeno Expediente.Com a palavra o deputado Roberto Carlos.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas que compõem esta Casa, como é bom ver que a maioria absoluta, 48 deputados, está aqui hoje, trabalhando em defesa do povo da Bahia, na manhã de quinta-feira, quando já se aproxima a véspera do Natal, do nascimento de Jesus. Eu não teria oportunidade melhor para agradecer a todo o povo da Bahia pela compreensão, por nos ter aturado todo esse tempo, Sr. Presidente, e posso dizer isso com muita precisão porque sou um deputado interiorano, lá do Norte da Bahia, onde a seca impera sem piedade sobre os baianos do interior, da nossa região.

Mas quero dizer, com muita alegria, que nesses anos todos aqui, na Assembleia Legislativa, obtendo 11.951 votos logo no primeiro mandato, estou sempre em defesa dos menos favorecidos, das classes abandonadas pelos poderes públicos federal, estadual e municipal, mais especificamente os camelôs e ambulantes.

Após o nosso trabalho feito nesta Casa no primeiro mandato, fomos para o segundo mandato, Sr. Presidente. Claro que o primeiro foi na Oposição ao, na época, governador Paulo Souto. No segundo mandato, fui eleito com 42. 228 votos, um crescimento de 230%, aproximadamente. Nenhum outro deputado cresceu tanto sua votação de uma legislatura para outra como o que vos fala. E isso é uma alegria muito grande para mim porque nunca tive herança financeira ou política, e o povo baiano entendeu a mensagem que eu transmitia.

Também tive outro privilégio na oportunidade em que obtive esse segundo mandato, Sr. Presidente: fui votado em quase toda a Bahia. Somente em três municípios na Bahia não votaram em mim: Glória, do deputado Mário Negromonte Júnior; Elísio Medrado, do deputado Rogério Andrade; e Planaltino.

Claro que Wagner ganhou a eleição para governador e viramos governistas. Viramos, não, porque já éramos da base do governador desde o início. Seguimos o caminho de Wagner passo a passo em sua campanha. E fizemos o nosso trabalho aqui, na Assembleia Legislativa.

E eis que Deus, mais uma vez, colocou a mão e disse que eu deveria voltar a esta Casa pela terceira vez, e 75.873 pessoas votaram no deputado que vos fala.

Minha alegria é maior ainda, Sr. Presidente, porque não conto com patrocínio,

com ajuda de qualquer empresa, e não conto com herança financeira nem política, mesmo assim obtive votos em toda a Bahia. Sou o único deputado estadual que conseguiu votos nos 417 municípios baianos. Desta vez não houve um município que não tivesse votado em mim. Por isso que tenho uma obrigação, e digo que tenho obrigação – tenho de verdade – porque sou empregado do povo. E como bom empregado, Sr. Presidente, Álvaro Gomes, tenho que zelar pelo meu patrão, que é o povo da Bahia.

E zelando pelo povo da Bahia, também por diversas vezes fui recordista aqui, nesta Casa, em apresentação de emendas ao Orçamento do governo do Estado. E neste ano fiquei em segundo lugar como o deputado que mais apresentou emendas ao Orçamento para melhorar a qualidade de vida do povo da Bahia.

Claro que a Bahia avançou muito, melhorou muito com o governador Jaques Wagner, porque tivemos a sorte, aliás, temos a sorte de ter um governador transparente, democrático, aberto, um governador que não decide de cima para baixo, que discute as ações políticas do governo com as comunidades de forma muito democrática, com muita transparência. É discutindo as ações de baixo para cima que o governo tem avançado muito, Sr. Presidente.

E nesse Orçamento que estamos a discutir fui o segundo colocado em emendas, apresentando emendas para quase toda a Bahia. E isso não foi uma coisa aleatória, foi uma coisa discutida em meu gabinete com prefeitos, vereadores e as comunidades de cada cidade para as quais apresentei emendas, principalmente as da minha região, o Norte da Bahia.

Estamos aqui, Sr. Presidente, com a perspectiva de que seja aproveitada a maioria absoluta dessas proposições que apresentei. Mesmo que esta Casa vote contrariamente às nossas emendas tenho a certeza absoluta que o corpo técnico do governo do Estado da Bahia vai aproveitar as solicitações que fizemos dentro do orçamento do Estado para ajudar na construção de uma nova Bahia: onde não se usa mais o chicote, não se usa mais a prepotência e a arrogância como modo de convencimento, uma Bahia que mudou e na qual, hoje, temos o privilégio de dizer que o gestor maior discute com muita democracia, humildade e simplicidade as questões do Estado. Por isso que a Bahia tem avançado.

Só agora somos capazes de saber o quanto a Bahia foi maltratada no passado, só agora enxergamos que a Bahia antes do governador Jaques Wagner tinha mais de 70% das estradas intransitáveis. Isso era um absurdo, e foi matéria nos jornais, na imprensa do mundo inteiro que nas estradas da Bahia não se podia trafegar porque eram péssimas. E eis que o governador conseguiu consertar mais de 50% das estradas na Bahia, tanto as BA como as BR. Hoje, temos orgulho de viajar em toda a Bahia e ver as obras que o governador fez ou que conseguiu junto ao governo federal. Por isso que o Estado tem avançado.

Sr. Presidente, se formos falar da saúde pública na Bahia hoje, a Bahia avançou significativamente. Foram construídos cinco hospitais novos para melhorar a saúde pública da Bahia, fornecendo mais de mil leitos aos baianos, que, muitas vezes, dormiam em uma fila, ou, muitas vezes, os médicos tinham que decidir – valer-se de

uma condição que só Deus pode determinar – quem iria continuar vivo e quem iria morrer, porque, como havia poucos leitos, o médico tinha que decidir quem iria entrar numa UTI ou quem iria ficar penando no hospital. Foram construídos mais de mil leitos nesses cinco novos hospitais na Bahia, por isso quero parabenizar o governo.

O Sr. Presidente, deputado Álvaro Gomes, informa que o meu tempo acabou, mas, contando com a tolerância de V.Ex^a, que é comunista, homem do PCdoB, e tem uma história muito bonita, quero pedir-lhe mais 30 segundos para encerrar, para agradecer aos baianos.

Neste momento festivo, quero desejar a todos um Feliz Natal, que Deus continue nascendo em cada coração dos baianos e que possamos ter um 2013 de muitas vitórias.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Nobre deputado Roberto Carlos, peço a V.Ex^a que me substitua na presidência dos trabalhos para que eu possa fazer uso da palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes, recordista de pronunciamentos na tribuna da Assembleia Legislativa. Deputado, V.Ex^a dispõe de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, inicialmente, queria pedir a V.Ex^a que seja inserida nos Anais da Casa uma matéria do jornal *A Tarde* desta quinta-feira, página A-11, com o título: *“Retorno – os filhos de Silvânia e Gerônimo ficaram um ano e seis meses com famílias no interior paulista. Crianças de Monte Santo voltam para casa e são recebidas com festa.”*

A reportagem, do jornalista Alean Rodrigues, começa da seguinte forma: *“Silvânia Maria Mota da Silva e os cinco filhos foram recebidos com festa, ontem à tarde, em Monte Santo (a 352 km de Salvador). A recepção, com direito a bolo, bolas, faixas e fogos de artifício, foi preparada por parentes, amigos e vizinhos. Houve até mobilização, com apoio do Conselho Tutelar da cidade, para limpar e arrumar a casa da família.*

'Estamos felizes em recebê-los de volta, pois acredito que a justiça está sendo feita. Ninguém tem o direito de separar mãe e filhos, e vamos ajudar no que for preciso, pois sabemos do sofrimento dela e não estamos livres de passar por uma situação parecida', disse, por telefone, uma vizinha que preferiu não se identificar.

As crianças voltaram para casa 1 ano e 6 meses após terem a guarda entregue a famílias paulistas, em processo de adoção considerado irregular.”

As crianças foram retiradas dos pais, Silvânia Silva e Gerônimo Souza, em junho de 2011, por ordem do então juiz da cidade, Vítor Bizerra. E o juiz atual, Luiz Cappio, entende que o processo foi irregular.

Na realidade, houve uma decisão jurídica que retirou das mãos dos verdadeiros pais os seus filhos e os entregaram para famílias paulistas. Nós temos que condenar esse tipo de atitude, porque ninguém tem o direito de retirar os filhos dos seus

verdadeiros pais, principalmente quando os pais cuidam deles com todo o carinho, com todo o amor. O fato de ser pobre, de não ser milionário não é motivo para se retirar os filhos dos seus verdadeiros pais.

Portanto queria, neste momento, registrar esse fato, dizendo que, na realidade, foi uma vitória das entidades de direitos humanos, foi uma vitória da população a volta dos filhos que foram roubados de seus verdadeiros pais. E o que é mais grave: por uma decisão judicial bastante suspeita, já que juiz que é juiz não poderia tomar uma atitude desse tipo. O atual juiz considera que o processo de adoção foi irregular; já o anterior retirou das mãos dos pais os seus filhos. Por isso, quero registrar essa questão.

E quero dizer, principalmente neste momento em que estamos hoje, véspera de Natal, quando estamos vivendo a proximidade do ano de 2013, que esperamos que ele seja um ano de muita luta, de muita conquista. Esperamos que 2013 seja bem melhor do que 2012.

Estamos avançando muito na sociedade, conquistando muitas vitórias no Brasil e na Bahia, mas ainda precisamos alcançar muito mais. Estamos ainda muito distantes da sociedade que desejamos, que queremos e que podemos construir. Estamos distantes de uma sociedade com justiça social, com paz, uma sociedade socialista. Mas nós precisamos conquistá-la, precisamos, no dia a dia, no nosso cotidiano, avançar.

Esperamos que 2013 seja um ano de grandes conquistas, de grandes avanços, seja um ano em que continuem diminuindo a desigualdade social e a violência no Brasil, porque houve um crescimento assustador da violência de 79 até 2003, que foi o pico. Em 2003, foram 51 mil assassinatos e no ano de 1979 se registrou 11 mil assassinatos. O número cresceu para 51 mil assassinatos em 2003 e a partir daí se manteve uma pequena queda e uma certa estabilidade no número de assassinatos. Portanto, esperamos que 2013 seja um ano em que consigamos reduzir esse índice assustador de assassinatos, de violência em nosso País.

E também aqui, no Estado da Bahia, porque tivemos o maior crescimento da violência entre todas as capitais. De 2000 a 2005 o aumento do número de assassinatos foi da ordem de 276%, chegando a quase 300%. Depois, continuou o aumento. Mas agora já vemos uma certa estabilidade, uma certa queda. Então, esperamos que também em Salvador e na Bahia haja uma queda da violência, porque precisamos de muita paz, precisamos de justiça social.

Esse é o desafio de todos nós: construir uma sociedade em que todos possam viver bem. Uma sociedade dividida em classes, uma sociedade com um nível de desigualdade tão grande quanto esse não pode ser uma sociedade com paz. Por isso, buscamos e lutamos constantemente, cotidianamente para reduzir essa desigualdade, para que possamos construir uma sociedade com paz.

Quero concluir desejando a todos os funcionários, a todos os colegas parlamentares, a toda a população do nosso Estado, aos companheiros, às companheiras um feliz Natal e um feliz Ano Novo.

Nós vivemos esse momento de festa, momento de confraternização, momento

de ficar com nossas famílias, refletindo, buscando a paz, a tranquilidade. Então, é um momento muito importante, um momento de festa, de confraternização, quando o Papai Noel entrega os presentes. Mas, infelizmente, parece que nem todo mundo é filho de Papai Noel, como diz a música. É importante que todo mundo seja filho de Papai Noel. É importante que todos tenham presentes, tenham o direito de ser feliz e de poder confraternizar com sua família, seus amigos, e viver numa sociedade mais humana.

Por isso, quero desejar um feliz Natal a todos os companheiros e companheiras bancários, trabalhadores, à população de uma maneira geral, aos funcionários desta Casa, e esperar que 2013 seja melhor do que 2012.

Portanto, um grande abraço a todos os companheiros e companheiras.

Voltaremos na próxima semana para votar os projetos. Esperamos entrar em recesso já na próxima semana, vamos trabalhar para isso. Mas se não votarmos, continuaremos com o nosso trabalho de apreciação e votação das propostas nesta Casa.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer aqui para os companheiros e companheiras.

Mas, Sr. Presidente, já que não há mais orador inscrito para o Pequeno Expediente, que já se está encerrando, mais nenhum deputado quer fazer uso da palavra, e considerando, também, que estamos próximo do Natal, que os parlamentares estiveram em sessão que começou ontem e terminou por volta dos 30 minutos de hoje, e que muitos vão viajar para suas bases para se confraternizar com seus familiares no interior, peço a V.Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- V.Ex^a será atendido.

Registro a presença do deputado Euclides Fernandes, companheiro de partido e que muito tem feito pelos baianos.

Quero dizer, deputado Álvaro Gomes, que esta sessão se iniciou com 50 deputados, mas, lamentavelmente, agora não há número suficiente para a sua continuidade. Por isso, dou como encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*